

Tribunal Arbitral Europeu dá razão a Produtores Renováveis em Espanha

O Governo Espanhol perdeu o primeiro processo de arbitragem no Tribunal Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (ICSID), sob responsabilidade do Banco Mundial, relativo aos cortes retroativos implementados entre 2010 e 2013 no setor da produção de eletricidade a partir de fontes renováveis. A sentença, que já foi notificada às partes, estipula uma compensação de 128 M€, acrescidos de juros, à empresa britânica Eiser Infrastructure e à sua subsidiária luxemburguesa Energia Solar.

Especificamente, o ICSID considera que Espanha violou o artigo 10º da Carta da Energia, pois alterou a regulação retroativamente, o que induziu uma redução das receitas da multinacional britânica de uma forma injusta e não equitativa. No entanto, o tribunal apenas confirmou parcialmente as reivindicações dos queixosos, que exigiam ao Governo mais de 300 M€.

Esta sentença aplica-se exclusivamente a três centrais termosolares, tendo o tribunal referido que se verificou um prejuízo desproporcionado e excessivo aos titulares destas centrais.

Continuam pendentes mais de uma trintena de processos judiciais em tribunais internacionais, pelo que esta decisão poderá constituir um duro golpe ao Governo Espanhol. O Governo diz-se confiante em relação aos outros processos, pois considera que este tinha as suas singularidades consideradas excessivas, o que não acontecerá na maioria dos outros casos.

O novo pacote para a política energética da Europa, a aplicar a partir de 2020, já prevê explicitamente que não poderá haver medidas de carácter retroativo, o que desde logo evitaria esta medida que o Governo Espanhol aplicou e que tanta instabilidade criou no setor. O novo pacote exige também uma maior transparência na aplicação de ajudas e de subsídios a toda e qualquer produção de eletricidade, quer de origem fóssil ou renovável, o que irá permitir uma concorrência mais perfeita, com benefício para a economia.

Segundo a Agência Internacional de Energia (e também artigo do Financial Times de 19 de maio), os subsídios aos fósseis, embora a diminuir, continuam numa dimensão 3 vezes maiores do que os apoios às renováveis.

Para além deste aspeto falta ainda adaptar o atual Mercado de eletricidade, que foi e ainda está desenhado para os grandes centros produtores térmicos, e que não permite uma justa e equitativa integração das renováveis, com a consequente redução de custo para o consumidor. Para o efeito, refere a Comissão Europeia, o novo pacote de energia irá ser progressivamente adaptado para permitir que as renováveis possam ter acesso ao mercado e às redes em igualdade com as centrais térmicas fósseis ou nucleares, o que a APREN saúda.

Sobre a APREN:

A Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN) é uma associação sem fins lucrativos, constituída em outubro de 1988, com a missão de coordenação, representação e defesa dos interesses comuns dos seus Associados.

A APREN desenvolve trabalho em conjunto com organismos oficiais e outras entidades congéneres, a nível nacional e internacional, constituindo um instrumento de participação na elaboração das políticas energéticas para Portugal, promovendo o aproveitamento e valorização dos recursos renováveis nacionais para produção de eletricidade.

Mais informação disponível em www.apren.pt.

Lisboa, 22 de maio de 2017

Contactos:

Luís Santos, Departamento de Comunicação

Telf: (+351) 213 151 621

E-mail: comunicacao@apren.pt